

SUMÁRIO

Capítulo I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMERCIAL	1
1. Origens do direito comercial	1
2. Da definição do regime jurídico dos atos de comércio	3
2.1. Definição e descrição dos atos de comércio e sua justificação histórica	4
2.2. Os atos de comércio na legislação brasileira	6
2.3. A teoria dos atos de comércio na doutrina brasileira	7
3. A teoria da empresa e o novo paradigma do direito comercial	8
3.1. Surgimento da teoria da empresa e seus contornos	10
3.2. A teoria da empresa no Brasil antes do Código Civil de 2002: legislação e doutrina	11
3.3. A teoria da empresa do Brasil com o advento do Código Civil de 2002: legislação e doutrina	13
4. O problema da nomenclatura: direito comercial ou direito empresarial?	16
5. Autonomia do direito empresarial	17
6. Fontes do direito empresarial	20
7. Questões	22
 Capítulo II – REGRAS GERAIS DO DIREITO DE EMPRESA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	 25
1. Introdução	25
2. O conceito de empresário	26
2.1. Empresário individual x sociedade empresária	28
2.2. Agentes econômicos excluídos do conceito de empresário	29
2.2.1. Profissionais intelectuais	30

2.2.2. As sociedades simples (sociedades uniprofissionais)	32
2.2.3. O exercente de atividade econômica rural	34
2.2.4. Sociedades cooperativas	35
3. Empresário individual	37
3.1. Impedimentos legais	37
3.2. Incapacidade	39
3.2.1. Hipóteses excepcionais de exercício individual de empresa por incapaz	39
3.3. Empresário individual casado	42
4. Registro do empresário	42
4.1. A Lei de Registro Público de empresas mercantis (Lei 8.934/1994)	44
4.2. Os atos de registro	47
4.3. A estrutura organizacional das Juntas Comerciais	49
4.4. O processo decisório nas Juntas Comerciais	49
4.5. A publicidade dos atos de registro	51
5. Escrituração do empresário	52
5.1. A situação especial dos microempresários e empresários de pequeno porte	54
5.2. O sigilo empresarial	55
5.3. A eficácia probatória dos livros empresariais	57
6. Nome empresarial	58
6.1. Espécies de nome empresarial	61
6.2. O nome empresarial das sociedades	62
6.3. Princípios que norteiam a formação do nome empresarial	64
6.4. Alguns entendimentos relevantes do DNRC acerca da proteção ao nome empresarial	65
6.5. A proteção ao nome empresarial na jurisprudência do STJ	70
7. Estabelecimento empresarial	72
7.1. Natureza jurídica do estabelecimento empresarial	75
7.2. O contrato de <i>trespasse</i>	76
7.3. A sucessão empresarial	77
7.4. A cláusula de não concorrência	78
7.5. Outras normas acerca do estabelecimento empresarial previstas no Código Civil	81
7.6. Proteção ao <i>ponto de negócio</i> (locação empresarial)	82

7.6.1. Shopping Center	87
7.7. Aviamento e clientela	88
8. Auxiliares e colaboradores do empresário	89
8.1. Regras gerais sobre os prepostos do empresário	89
8.2. O contabilista	90
8.3. O gerente	91
9. Questões	92
Capítulo III – DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL	95
1. Introdução	95
2. Direito de propriedade intelectual x direito de propriedade industrial	96
3. Histórico do direito de propriedade industrial	96
4. A Lei 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial – LPI)	100
5. Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	101
6. Das patentes de invenção e de modelo de utilidade	102
6.1. Conceito e requisitos de patenteabilidade da invenção e do modelo de utilidade	102
6.2. Procedimento do pedido de patente	105
6.2.1. Legitimidade do autor do pedido de patente	105
6.2.2. Análise dos requisitos de patenteabilidade	108
6.2.3. Concessão da patente	112
6.2.4. Vigência da patente	113
6.2.5. Proteção conferida pela patente	115
6.2.6. Nulidade da patente	117
6.2.7. Cessão da patente	119
6.2.8. Licenciamento da patente	119
6.2.9. Patente de interesse da defesa nacional	124
6.2.10. Retribuição anual	124
6.2.11. Extinção da patente	125
6.3. Certificado de adição de invenção	126
6.4. Patentes <i>pipeline</i>	126
7. Desenho industrial	128
7.1. Conceito e requisitos de registrabilidade do desenho industrial	128
7.2. Procedimento de registro do desenho industrial	130

7.2.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de desenho industrial	130
7.2.2. Análise dos requisitos de registrabilidade	131
7.2.3. Concessão do registro de desenho industrial	132
7.2.4. Prazo de vigência do registro de desenho industrial	132
7.2.5. Proteção conferida pelo registro de desenho industrial	133
7.2.6. Nulidade do registro de desenho industrial	133
7.2.7. Retribuição quinquenal	135
7.2.8. Extinção do registro de desenho industrial	135
8. Marca	135
8.1. Espécies de marca	138
8.2. Procedimento do pedido de registro de marca	139
8.2.1. Legitimidade do autor do pedido de registro de marca	139
8.2.2. Depósito e exame do pedido	141
8.2.3. Concessão do registro de marca	142
8.2.4. Vigência do registro de marca	143
8.2.5. Proteção conferida pelo registro de marca	143
8.2.6. Cessão do registro de marca	148
8.2.7. Licenciamento do registro de marca	149
8.2.8. Nulidade do registro de marca	150
8.2.9. Extinção do registro de marca	153
9. Indicações geográficas	155
10. Questões	157
Capítulo IV – DIREITO SOCIETÁRIO	159
1. Introdução	159
2. Sociedades simples x sociedades empresárias	160
3. Tipos de sociedade	162
3.1. Sociedades dependentes de autorização	162
3.2. Sociedade nacional	163
3.3. Sociedade estrangeira	163
3.4. Sociedade entre cônjuges	164
3.5. Sociedade unipessoal	166
3.5.1. A importância da sociedade limitada unipessoal para o mercado ..	167

4. Classificação das sociedades empresárias	170
5. Sociedades não personificadas	172
5.1. Sociedade em comum	173
5.1.1. Prova da existência da sociedade em comum	175
5.1.2. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum	175
5.2. Sociedade em conta de participação	177
6. Sociedades personificadas	180
6.1. Sociedade simples <i>pura</i> (“simples simples”)	181
6.1.1. Contrato social	181
6.1.2. Direitos e deveres dos sócios	193
6.1.3. Deliberações sociais	194
6.2. Sociedade limitada	195
6.2.1. Legislação aplicável	196
6.2.2. Contrato social	199
6.2.3. Deliberações sociais	217
6.2.4. Natureza personalista ou capitalista da sociedade limitada	221
6.2.5. Conselho fiscal	222
6.2.6. Exclusão extrajudicial de sócio minoritário por justa causa	223
6.3. Sociedade Anônima	225
6.3.1. Histórico	225
6.3.2. Legislação aplicável	226
6.3.3. Governança Corporativa (<i>corporate governance</i>)	227
6.3.4. Características principais	228
6.3.5. Classificação das sociedades anônimas	230
6.3.6. Mercado de capitais	230
6.3.7. Constituição da sociedade anônima	233
6.3.8. O capital social	241
6.3.9. Ações	245
6.3.10. Valores mobiliários	266
6.3.11. Órgãos societários	272
6.3.12. Demonstrações contábeis	301
6.3.13. Lucros e dividendos	301
6.4. Sociedade em nome coletivo	304
6.5. Sociedade em comandita simples	305
6.6. Sociedade em comandita por ações	307

6.7. Sociedade cooperativa	309
6.8. A antiga sociedade de capital e indústria	310
7. Operações societárias	310
7.1. Transformação	311
7.2. Incorporação	312
7.3. Fusão	313
7.4. Cisão	313
7.5. A atuação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ..	314
7.6. Outras operações entre sociedades	314
7.6.1. Coligação de sociedades	315
7.6.2. Grupos societários	316
7.6.3. Consórcios	317
7.6.4. Sociedade subsidiária integral	318
7.6.5. Sociedade de propósito específico (SPE)	318
7.6.6. <i>Holdings</i>	318
7.6.7. <i>Joint venture</i>	319
7.6.8. Fundos de <i>private equity</i> e <i>venture capital</i>	319
8. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades	320
8.1. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades contratuais	320
8.1.1. Dissolução parcial das sociedades contratuais	324
8.2. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades por ações	330
8.2.1. Dissolução parcial das sociedades por ações	335
9. Arbitragem nos conflitos societários	338
9.1. A cláusula compromissória nos estatutos das sociedades anônimas ...	338
9.2. A cláusula compromissória nos contratos sociais de sociedades limi- tadas	340
9.3. A Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM)	340
10. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	341
10.1. As bases históricas da teoria da desconsideração	341
10.2. A teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil	343
10.2.1. Teoria da desconsideração e imputação direta de responsabi- lidade: crítica ao art. 28, <i>caput</i> , do CDC	345
10.2.2. Teoria da desconsideração e mero prejuízo do credor: crítica ao art. 28, § 5.º, do CDC	345

10.2.3. Teoria da desconsideração e abuso de personalidade jurídica: elogio ao art. 50 do Código Civil	347
10.3. Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade .	347
10.4. A desconsideração <i>inversa</i>	348
10.5. Aspectos processuais da aplicação da teoria da desconsideração	349
11. Questões	354
Capítulo V – TÍTULOS DE CRÉDITO	361
1. Introdução	361
2. Histórico da legislação cambiária	363
3. Conceito, características e princípios dos títulos de crédito	364
3.1. Princípio da cartularidade	366
3.1.1. A desmaterialização dos títulos de crédito	367
3.2. Princípio da literalidade	367
3.3. Princípio da autonomia	368
3.3.1. A abstração dos títulos de crédito e a inoponibilidade das ex- ceções pessoais ao terceiro de boa-fé	369
4. Classificação dos títulos de crédito	371
4.1. Quanto à forma de transferência ou circulação	371
4.2. Quanto ao modelo	372
4.3. Quanto à estrutura	372
4.4. Quanto às hipóteses de emissão	373
5. Títulos de crédito em espécie	374
5.1. Letra de câmbio	374
5.1.1. Saque da letra	375
5.1.2. Aceite da letra	377
5.1.3. Vencimento da letra	379
5.1.4. Prazo de apresentação e pagamento da letra	380
5.2. Nota promissória	381
5.2.1. Saque	381
5.2.2. Regime jurídico	382
5.2.3. A nota promissória e os contratos bancários	382
5.3. Cheque	386
5.3.1. Emissão e formalidades	386
5.3.2. Algumas características importantes do cheque	389

5.3.3. Cheque “pré-datado” (ou “pós-datado”)	392
5.3.4. Modalidades de cheque	394
5.3.5. Sustação do cheque	395
5.3.6. Prazo de apresentação	396
5.3.7. Prescrição do cheque	397
5.4. Duplicata	400
5.4.1. Causalidade da duplicata	400
5.4.2. Características essenciais	401
5.4.3. Sistemática de emissão, aceite e cobrança da duplicata	402
6. Atos cambiários	410
6.1. Endosso	410
6.1.1. Endosso em branco e endosso em preto	411
6.1.2. Endosso impróprio	412
6.1.3. Endosso póstumo ou tardio	414
6.2. Aval	416
6.2.1. Aval x fiança	417
6.3. Protesto	418
7. O Código Civil de 2002 e os títulos de crédito	419
7.1. A desmaterialização dos títulos de crédito	420
7.2. O endosso e seus efeitos	420
7.3. A disciplina do aval	421
7.4. A cláusula de juros nos títulos de crédito	421
7.5. Os títulos ao portador	421
7.6. Teoria da criação <i>versus</i> teoria da emissão	422
8. Outros títulos de crédito	422
8.1. Títulos de crédito comercial	423
8.2. Títulos de crédito industrial	423
8.3. Títulos de crédito à exportação	424
8.4. Títulos de crédito rural	424
8.5. Títulos de crédito imobiliário	424
8.5.1. Novos títulos imobiliários	425
8.6. Títulos de crédito bancário	425
8.7. Letra de Arrendamento Mercantil	426
9. Questões	426

Capítulo VI – CONTRATOS EMPRESARIAIS	431
1. Introdução	431
2. O Código Civil de 2002 e a unificação do direito obrigacional	432
3. Teoria geral do direito contratual	433
3.1. Princípios gerais dos contratos	434
3.1.1. Princípio da autonomia da vontade	434
3.1.2. Princípio do consensualismo	435
3.1.3. Princípio da relatividade	436
3.1.4. Princípio da força obrigatória	437
3.1.5. Princípio da boa-fé	438
3.2. A exceção do contrato não cumprido	438
4. Compra e venda empresarial	439
4.1. Elementos essenciais da compra e venda	440
4.2. Direitos e deveres fundamentais do comprador e do vendedor	441
4.3. Cláusulas especiais da compra e venda	443
4.3.1. Retrovenda	443
4.3.2. Venda a contento	444
4.3.3. Preempção ou preferência	445
4.3.4. Venda com reserva de domínio	446
4.3.5. Venda sobre documentos	447
5. Contratos de colaboração empresarial	448
5.1. Comissão mercantil	448
5.2. Representação comercial (agência)	451
5.3. Concessão mercantil	459
5.4. Franquia (<i>franchising</i>)	460
6. Contratos bancários	464
6.1. Depósito bancário	466
6.2. Mútuo bancário	467
6.3. Desconto bancário	470
6.4. Abertura de crédito	470
6.5. Contratos bancários impróprios	471
6.5.1. Alienação fiduciária em garantia	471
6.5.2. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>)	477
6.5.3. Faturização (fomento mercantil ou <i>factoring</i>)	481

6.5.4. Cartão de crédito	485
7. Contrato de seguro	487
7.1. Regras gerais	489
7.2. Seguro de dano	492
7.3. Seguro de pessoa	496
8. Solução alternativa de conflitos	498
8.1. A constitucionalidade da Lei de Arbitragem	500
8.2. Direito intertemporal: aplicação da Lei de Arbitragem aos contratos anteriores à sua vigência	501
8.3. A convenção de arbitragem e seus efeitos	502
8.4. Cláusulas compromissórias cheias e vazias	503
8.5. A autonomia da cláusula compromissória e o princípio da <i>kompetenz-kompetenz</i>	505
8.6. Modelo de cláusula compromissória	505
9. Questões	506
Capítulo VII – DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL	509
1. As origens históricas do direito falimentar	509
1.1. O direito falimentar no Brasil	512
1.2. A evolução da legislação falimentar brasileira	513
2. Falência	514
2.1. Natureza jurídica da falência	516
2.2. Princípios da falência	516
2.3. Pressupostos da falência	517
2.4. Procedimento para a decretação da falência	518
2.4.1. O sujeito passivo do pedido de falência	518
2.4.2. O sujeito ativo do pedido de falência	522
2.4.3. O foro competente para o pedido de falência	525
2.4.4. O pedido de falência: a demonstração da insolvência (jurídica ou presumida) do devedor	527
2.4.5. A resposta do devedor ao pedido de falência	538
2.4.6. A denegação da falência	541
2.4.7. A decretação da falência	544
2.4.8. Recurso contra a sentença que julga o pedido de falência	552
2.4.9. A participação do Ministério Público na fase pré-falimentar ...	552

2.5. Efeitos da decretação da falência	555
2.5.1. Efeitos da falência quanto à pessoa e aos bens do devedor	556
2.5.2. Efeitos da falência quanto às obrigações do devedor	559
2.5.3. Efeitos da falência quanto aos credores do falido	565
2.6. O processo falimentar	573
2.6.1. O procedimento de arrecadação dos bens do devedor	574
2.6.2. O procedimento de verificação e habilitação dos créditos	589
2.6.3. A realização do ativo do devedor	591
2.6.4. Pagamento dos credores	598
2.6.5. Encerramento do processo falimentar	606
2.7. A extinção das obrigações do devedor falido	607
3. Recuperação judicial	608
3.1. O pedido de recuperação judicial	609
3.1.1. O autor do pedido	609
3.1.2. Requisitos materiais do pedido de recuperação judicial	610
3.1.3. O foro competente para o pedido de recuperação judicial	611
3.1.4. A petição inicial do pedido de recuperação	611
3.1.5. Do deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial	613
3.2. A apresentação do plano de recuperação judicial	617
3.2.1. A venda de filiais ou unidades produtivas isoladas do deve- dor	619
3.2.2. Os créditos trabalhistas no plano de recuperação judicial	620
3.3. Credores submetidos ao processo de recuperação judicial do deve- dor	620
3.3.1. Verificação e habilitação dos créditos	621
3.4. A análise do plano de recuperação pelos credores e pelo juiz	621
3.4.1. Da concessão da recuperação judicial com o consentimento dos credores	623
3.4.2. Da concessão da recuperação judicial sem o consentimento dos credores	624
3.5. A decisão que concede a recuperação judicial e seus efeitos	625
3.5.1. A atuação da empresa em crise durante o processo de recupe- ração judicial	626
3.6. O encerramento do processo de recuperação judicial	627
3.7. Da convalidação da recuperação judicial em falência	628

3.8. Do plano especial de recuperação judicial das microempresas e das empresas de pequeno porte	630
4. Recuperação extrajudicial	632
4.1. Requisitos legais da recuperação extrajudicial	634
4.2. O plano de recuperação extrajudicial	634
4.2.1. Credores submetidos ao plano de recuperação extrajudicial	635
4.3. O pedido de homologação do art. 162 da LRE	636
4.4. O pedido de homologação do art. 163 da LRE	636
4.5. Procedimento do pedido de homologação	637
4.6. Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial	638
5. Administrador judicial, comitê de credores e assembleia-geral de credores	639
5.1. Administrador judicial	639
5.1.1. Auxiliares do administrador judicial	640
5.1.2. Atribuições do administrador judicial	640
5.1.3. Remuneração do administrador judicial e dos seus auxiliares ...	642
5.2. Comitê de credores	643
5.2.1. Atribuições do comitê de credores	644
5.2.2. Responsabilidade do administrador judicial e dos membros do comitê de credores	645
5.3. Assembleia-geral de credores	645
5.3.1. <i>Quorum</i> de instalação	646
5.3.2. Exercício do direito de voto	647
5.3.3. Controle jurisdicional da assembleia-geral de credores	648
5.3.4. Composição da assembleia-geral de credores	648
5.3.5. <i>Quorum</i> de deliberação	649
6. Dispositivos penais da Lei 11.101/2005	649
7. Problemas de direito intertemporal	651
8. Questões	652

Capítulo VIII – MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE ... 657

1. Empreendedorismo e desburocratização no Brasil	657
2. Do Estatuto da ME e da EPP (Lei 9.841/1999) à Lei Geral das MEs e EPPs (LC 123/2006)	659
3. Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte	660

3.1. Enquadramento, desenquadramento e reenquadramento	662
3.2. Do pequeno empresário	668
3.3. Da simplificação dos procedimentos para abertura e fechamento das MEs e EPPs	669
3.4. Das regras especiais de participação em licitações	674
3.4.1. A comprovação de regularidade fiscal e de outros requisitos formais de habilitação	675
3.4.2. A regra especial de desempate em favor das MEs e EPPs	676
3.4.3. A cédula de crédito microempresarial	678
3.4.4. O tratamento diferenciado e simplificado para as MEs e EPPs	679
3.5. Das regras especiais quanto às obrigações trabalhistas e previdenciá- rias	680
3.6. A situação especial dos pequenos empresários	682
3.7. A atuação dos prepostos das MEs e EPPs na Justiça do Trabalho	683
3.8. A fiscalização prioritariamente orientadora e o sistema da “dupla vi- sita”	684
3.9. Das regras especiais de apoio creditício	685
3.9.1. O fim da antiga “sociedade de garantia solidária”	687
3.10. Das regras especiais de apoio ao associativismo	687
3.11. Das regras especiais de apoio ao desenvolvimento empresarial	688
3.12. Das regras empresariais gerais de tratamento diferenciado para as MEs e EPPs	690
3.12.1. As deliberações sociais nas MEs e EPPs	690
3.12.2. O nome empresarial das MEs e EPPs	690
3.12.3. O protesto de títulos contra as MEs e EPPs	691
3.12.4. As MEs e EPPs e o acesso à justiça	692
3.12.5. Do regime tributário e fiscal: o Simples Nacional	693
3.12.6. A Emenda Constitucional 42/2003 (Reforma Tributária)	694
3.13. A Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas) e as MEs e EPPs	695
4. Questões	696
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	699
GABARITOS	707